



ACÓRDÃO Nº1234/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11466/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Hamilton Nobre Casara (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Andrezza Caldas Vital - OAB/AM 10.723.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5714/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF**, exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Hamilton Nobre Casara**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.2. **Determinar** a DCOMP para enviar comunicação aos responsáveis sobre o Acórdão do Tribunal Pleno;
- 10.3. **Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:
 - 10.3.1. Observe os prazos de concessão, utilização e prestação de contas de adiantamentos nos termos do Decreto n.º 16.396/1994;
 - 10.3.2. Proceda, nos próximos processos licitatórios, em estrita observância ao que preceitua a Lei federal nº 8.666/93;
 - 10.3.3. Proceda à regularização de todas as pendências de possíveis prestações de contas de adiantamentos tomando as medidas necessárias, nos termos do Decreto n.º 16.396/1994;



ACÓRDÃO Nº1234/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.4. Proceda à nomeação dos concursados, dentro do limite de despesas, a fim de aparelhar órgão com mão de obra técnica especializada;

10.3.5. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, nas determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Dezembro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral